Exército mantém versão sobre Rio Traira

O Exército brasileiro divulgou informe interno mantendo a versão oficial sobre o conflito no Rio Traíra, na Amazônia, em que morreram pelo menos sete colombianos. A nota consolida as informações prestadas pelo ex-ministro Carlos Tinoco, em abril de 1991, durante sessão no Senado.

O texto afirma que o país "vive uma época de inquietações excessivas", aconselhando os militares a atuarem com prudência em relação aos fatos. "Alguns setores da sociedade brasileira têm insistido em focalizar, com visíveis traços de ressentimento, episódios de nossas história

contemporânea. Não se percebe neles outro propósito senão o de reescrever os acontecimentos segundo seus interesses", alerta o documento.

O informe, de número 19, é datado de 7 de junho deste ano e está disponível na página da instituição na
internet. É assinado pelo general de
brigada Luiz Cesário da Silveira Filho, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (Ccomsex).
Cesário Filho explica, num preâmbulo, que recebeu a incumbência do
comandante da instituição para dar
as informações à tropa. O texto nega
a morte de garimpeiros e comercian-

tes da fronteira entre Brasil e Colômbia, ocorrido em fevereiro de 1991.

Esquecido – O então presidente Fernando Collor de Mello, hoje précandidato à Prefeitura de São Paulo pelo PRTB, informou ontem, por intermédio de seu assessor de imprensa, Roni Corvello, que "não se lembra de detalhes para poder falar sobre a questão". Já Pedro Paulo Leoni Ramos, secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor, disse ontem que o conflito na região do Rio Traíra, em fevereiro de 1991, ficou circunscrito ao Ministério do Exército. "O incidente chegou a nós

como fato consumado, de acordo com o relato feito pelas autoridades do Exército."

Segundo Leoni, não houve na época qualquer tipo de indagação ou discussão sobre pormenores da operação. "O Exército estava na região dentro do contexto do projeto Calha Norte", disse. De acordo com o ex-secretário de Assuntos Estratégicos, a presença de pelotões avançados do exército, além de postos de saúde e unidades escolares, tinha também como objetivo criar embriões de núcleos habitacionais nas áreas de fronteira.

